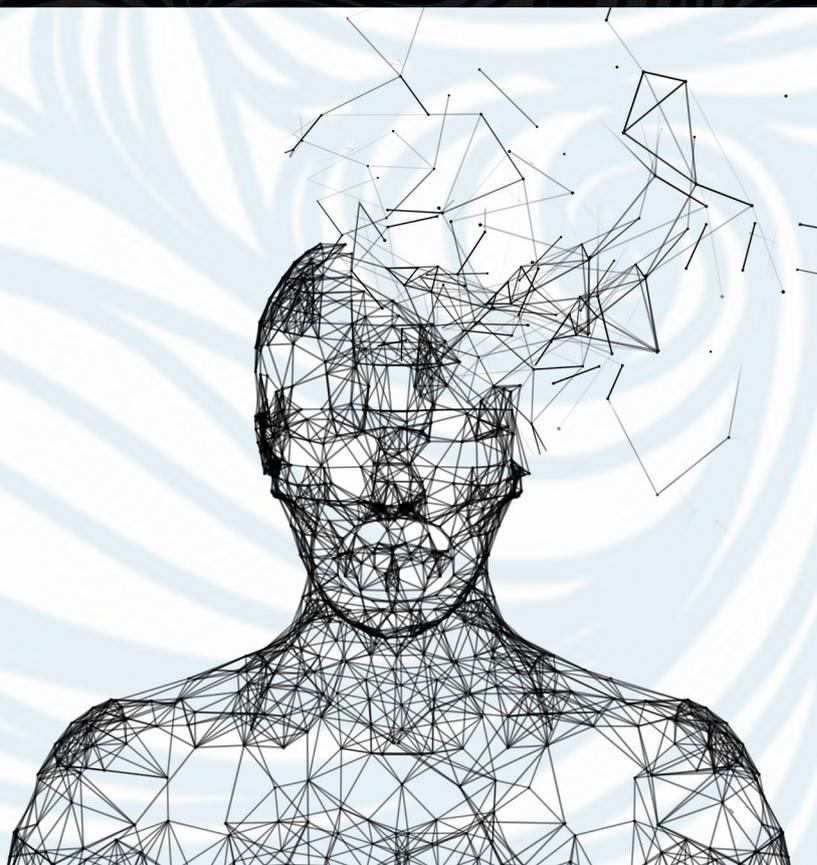


**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade**

Atena
Editora
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação,
Direito e Sociedade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-094-0

DOI 10.22533/at.ed.940190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ideia do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade deriva, a princípio, de reconhecer nos direitos humanos, a partir da dignidade da pessoa humana, como afirma Hinkelammert (2014), condição insubstituível para que a sociedade seja vivível e, também, por compreender os saberes como essenciais para uma formação humana capaz de entender, questionar, desvelar e tentar mudar a realidade de injustiças que vivemos.

A EDH tornou-se experiência concreta inicial no Brasil nas décadas de 70 e 80 como instrumento utilizado, a princípio, pela Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os movimentos sociais, contra a lógica arbitrária de violação aos direitos humanos vivenciados durante a ditadura militar (1964-1985). Neste período, como indica Genevois (2007), era cogente a implementação de um projeto de formação e vivência dos direitos humanos que pudesse construir consciência e mobilizar a luta em defesa desses direitos acachapados pela ação do militarismo que se implantou no poder. O que motivou o movimento de elaboração da EDH em âmbito popular foi a necessidade de construir junto às vítimas conhecimento sobre os direitos humanos e a maneira de reivindicá-los. Esse livro foi operacionalizado por meio de artigos e seus autores que procuram dar ênfase naqueles que não tinham voz: [...] os pobres, os presos, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.

Contudo, a preocupação em torno de constituir uma educação voltada para os Direitos Humanos, considerando a importância do processo educacional na promoção da dignidade humana e garantia dos direitos humanos, tornou-se um movimento de proporções internacionais quando em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi lançada a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004). Em seguida, no ano de 2005, com vista à necessidade de manter um marco mundial para a EDH posteriormente à Década, foi proclamado pela ONU o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), o qual apresenta contribuições e orientações para a construção de programas educacionais nacionais que fossem baseados no respeito aos direitos humanos, sendo ele ratificado pelo Estado brasileiro. Inserido nesse movimento de desenvolvimento da EDH, o Estado brasileiro organizou a Política Nacional de EDH, criando em 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006. O PNEDH juntamente com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) são atualmente os principais documentos que inserem e organizam a EDH nos sistemas educacionais brasileiros. O PNEDH apresenta linhas gerais de ação em cinco eixos de atuação: (1) educação básica; (2) educação superior; (3) educação não-formal; (4) educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e (5) educação e mídia.

Diante desse contexto a ONU consolidou um conceito de EDH a qual espera

que seja parâmetro de conceito nos países membro: A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de propagação de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (ONU, 2012, p.3).

Neste sentido, a formação de uma cultura de direitos humanos apresenta-se como o principal objetivo da EDH e está bem identificada na produção teórica nacional. Benevides (2000, p. 1) indica a EDH como formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, promovido através da vivência dos valores [...] da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz e que deve impactar o educando para a apreensão de valores, sob os aspectos racionais e emocionais, devendo transformar-se em prática na vida das pessoas.

A EDH se apresentaria como um importante dispositivo que, por meio da educação escolar, seria capaz de fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos efetivos para a vida humana. Além de que, a educação está duplamente inserida na envergadura dos direitos necessários à pessoa humana, ou seja, a educação é uma categoria de direito humano fundamental para o desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, pode permitir a realização de outros direitos sociais, políticos e civis na sociedade, portanto, pode ser entendida como eixo articulador dos direitos humanos, caminhando numa relação dialética ao longo de ambas as construções. Para Estêvão (2006, p. 91) [...] a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos. Ela é uma arena de direitos e com direitos, cuja negação é notadamente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

Portanto, os direitos humanos poderiam ser considerados o meio e o fim nos quais a EDH está engajada. Não obstante o plano normativo que orienta a política educacional sobre a EDH no Brasil esteja considerado com várias iniciativas que pretendem efetivar-se na educação básica, ou seja, de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, a realidade social está marcada por inúmeras violações dos direitos humanos essenciais para a vida. Mas, essa afirmação provoca questionar o que seriam os direitos humanos?

Fundamentado na formulação elaborada pela ONU é possível entender os direitos humanos conforme sua natureza, categorias e objetivos. Nestes termos os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição, incluindo o direito à vida, liberdade, trabalho, educação e muitos outros, os quais devem ser promovidos e garantidos contra ações que interferem na efetivação da dignidade humana (ONU,

1948). A produção teórica sobre o tema, sobretudo a literatura jurídica, segue esta mesma linha de formulação sobre os direitos humanos. Comparato (2013, p. 71) elabora o discurso em torno da definição dos direitos humanos ressaltando que se trata de algo [...] inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos, e segue problematizando como reconhecer a [...] vigência efetiva desses direitos no meio social. Portanto, seriam os direitos que visariam garantir a vida e a dignidade humana de todas as pessoas, e devem ser protegidos e exigíveis pela lei. Trata-se de direito de estar vivo e ter condições de viver, de alimentar-se, de ter onde morar, de trabalhar e receber justamente pelo trabalho, de ter educação, saúde, de poder votar e ser votado, de escolher sua religião, entre outros que estão descritos na DUDH e, reiterados no Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal (CF-88). Entretanto, analisando na perspectiva dialética, essa compreensão torna-se discrepante ao confrontá-la com a realidade marcada cotidianamente por violações aos direitos humanos que geram exclusões. Ora, se os direitos humanos se apresentam como instrumento para garantir a vida humana, se inclusive são salvaguardados por um sistema normativo de proteção internacional e nacional, por que ainda há tantas violações a esses direitos? Todas as pessoas são realmente titulares desses direitos?

Um autor que permite identificar com maior rigorismo estes conflitos é Hinkelammert, que a partir de uma abordagem histórico dialética, argumenta que diante de tanta violação seria necessário conhecer e problematizar as bases dos direitos humanos na sociedade para compreender quais seriam as reais causas de violação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo. Com base na compreensão teórica de Hinkelammert (2014), que insiste na historicidade dos conflitos sociais sob os quais se constituem as concepções de mundo, neste caso, no contexto da nova fase da exploração capitalista, pode-se supor que as mudanças da estratégia de dominação, sob a globalização neoliberal, modificam profundamente a compreensão dos direitos humanos, sem negá-los. Reivindicam-se direitos humanos, sob as regras do mercado.

A organização econômica teria, segundo esse autor, a capacidade de influenciar e de modificar as concepções e modo de compreender esses direitos, impactando na política e na normatização (HINKELAMMERT, 2014). A relação de mútua influência entre as condições da realidade econômica e as formas de pensar permite compreender melhor a dinâmica de elaboração dos fundamentos dos direitos humanos e da educação em direitos humanos em diversas possibilidades. Entre estas, explicita a disputa das classes e grupos sociais na configuração da EDH, na ação por vezes de colaboração, por vezes de conflito entre movimentos sociais e dos gestores públicos que elaboram as normativas. Outra dinâmica é a tensão da contradição entre a importância do debate público para a elaboração da lei por um lado e, por outro, o importante papel que a norma desempenha na elaboração dos fundamentos teóricos.

Ainda, essa relação consentiria perceber que, paradoxalmente, quanto mais se avança institucionalmente na normatização da EDH, o avanço da ideologia neoliberal

e da estratégia da globalização promoveria um deslocamento no modo pelo qual a sociedade compreende os direitos humanos e isso poderia impactar substancialmente a forma de construção normativa e, conseqüentemente a atuação na EDH. Por isso, seria necessário, conforme propõe Hinkelammert (2014) pensar as bases que fundamentam as concepções de direitos humanos, tendo como horizonte de reflexão a visão constituída após os marcos econômicos da modernidade, em especial, nas implicações da ideologia neoliberal.

Problematizar a EDH, a partir dos direitos humanos que a fundamentam, permitiria compreender se há diferentes formas de concebê-la. Portanto parece imprescindível aprofundar, de forma crítica, a discussão sobre as concepções de direitos humanos.

Para refletir sobre a efetividade dos direitos humanos parecem ser importantes os questionamentos e a problematização decorrentes das formulações emancipatórias e da realidade concreta. Percebê-los através das lutas travadas evita que a análise se limite à perspectiva idealista, como se a mera normatização e retórica, fossem suficientes para a garantia da dignidade humana. Hinkelammert (2014) sugere que a problematização dos direitos humanos ocorra a partir de sua base na sociedade, pois, ir mais além nos permitiria perceber como os direitos humanos, tal como estão atualmente presentes na normativa internacional e nacional, tiveram seu sentido teórico e ideológico modificado. Essas mudanças permitiriam que os direitos humanos fossem concebidos, sobretudo em sintonia com a interpretação dada pelo mercado. Em decorrência disso as violações e suas alternativas de superação parecem estar banalizadas, constrói-se um conceito de direitos humanos aceitando que muitos seres humanos estejam às margens da sua titularidade. Partimos da concepção de que os direitos humanos são aqueles direitos que o sujeito corporal e necessitado possui para a realização da vida humana (HINKELAMMERT, 2002). Contudo, a abstração e a aplicação desses direitos muitas vezes são instrumentos para a violação do próprio sujeito. Essa possibilidade de inversão é analisada por Hinkelammert (2002) como sendo a inversão do sentido dos direitos humanos teorizada por John Locke no século XVII, como mecanismo legitimador das práticas econômicas inglesas pautadas na escravidão africana e exploração de terras indígenas na América. Ao inverter o sentido dos direitos humanos, Locke transformou a vítima em culpado. Atualmente, a lógica da inversão dos direitos humanos e o esvaziamento do sentido dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 2016) decorrem da estratégia de globalização capitalista, marcada pela supremacia das instituições de mercado sobre a vida das pessoas, onde os direitos das instituições mercantis impõem-se sobre os direitos essenciais à vida do ser humano.

Os artigos que compõe esta coletânea evidencia que os principais autores que têm se dedicado à discussão da FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade EDH com as abordagens adotadas não incorporam a crítica, minimamente, em sintonia com as categorias apresentadas por Hinkelammert (2002, 2010, 2014, 2016).

Nessa perspectiva, o presente livro objetiva investigar **DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, das autoras de Evanir dos Santos e Renata Souza de Lima, no artigo busca elucidar a importância da Educação em Direitos Humanos na perspectiva da educação infantil. O interesse pela temática surgiu após a participação no projeto de extensão O ECA Itinerante no ambiente Escolar: Uma introdução formativa para crianças e adolescentes em Direitos Humanos Fundamentais, que esteve em vigor durante os anos de 2016 e 2017. No artigo, **A SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, buscaram análise por meio de documentação, dos conteúdos aplicados em cursos a distância com momentos presenciais, de formação de professores na área da sexualidade, verificando como estes foram elaborados e implementados.

DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM das autoras Isadora Ramos Klein e Tailan Borges, procura entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **DIREITO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE** os autores Yossonale Viana Alves e Márcio Adriano de Azevedo, investigam sobre o Estatuto da Juventude é um dos dispositivos legais do Brasil que regula a educação básica, descrevendo que essa é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos os jovens, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação, na idade adequada, conforme ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Desse modo, objetiva-se analisar o Estatuto da Juventude como instrumento jurídico regulamentador das garantias de direitos constitucionais aos jovens, de forma articulada com os indicadores educacionais oficiais, que analisam a inserção ou não desses sujeitos nos processos educativos de formação profissional, o autor procura-se analisar o **DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**, esquecimento como limitação à liberdade de expressão em face do direito de intimidade do respeito permitiu-nos investigar sobre a dignidade da pessoa humana tutelada pelos princípios constitucionais. A vida privada da pessoa, sua privacidade e intimidade são asseguradas pela Carta Magna. No artigo **FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, as autoras Daniela Fernandes Rodrigues e Farbênia Kátia Santos de Moura abordam que vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, investigar a prática pedagógica com ênfase na Formação Humana e Afetividade das professoras. No artigo **FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO**, das autoras Cândida Ivi Marcovich de Araújo, Carla Cristie de França e Denise Fetter Mold, o artigo tem como proposta possibilitar

a reflexão e contribuir com a formação continuada docente no ensino regular, no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa teve como intuito, evidenciar a importância da formação continuada, bem como dos Serviços de Apoio no cotidiano docente escolar inclusivo.

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA, da autora Ana Claudia Tenor O objetivo deste Estudo foi Identificar a Demanda Fonoaudiológica das Escolas De Educação Infantil.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICADES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? de autoria de Juliana Lima da Silva, apresenta parte do que foi desenvolvido em sua pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de compreender como acontece a formação inicial para professores do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazer para atuar com a faixa etária de 0 a 3 anos. De que modo esta formação contribui para a prática de futuros professores que atuarão nas creches? No artigo a

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, das autores Patrícia Larisse Alves de Sousa e Anderson Ibsen Lopes de Souza, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. No artigo

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES, dos autores Márcio Barreto da Silva, Ludmila Bernardo de oliveira, Valéria Kamilla Gurgel Jales, Francisco Ferreira da Silva, que busca discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. No artigo

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS, dos autores Simone Ribeiro, Dileno Dustan Lucas de Souza, Darieli Daltrozo Ilha, Neste artigo os autores buscam trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e , ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. No artigo

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UF, os autores QUIRINO, R da. Heveline Ribeiro, CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo CORREA e Denise Maria Moreira Chagas, procuram identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da gestão da aprendizagem no ensino à distância na visão dos tutores da Universidade Federal do Ceará Virtual do curso de Administração. No artigo

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO

ESPELHO DAS BRASILEIRAS (1831), as autoras Mônica Vasconcelos e Marcília Rosa Periotto, buscam identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. No artigo **INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**, os autores Fabio Caires de Oliveira e Maurivan Barros Pereira Buscam identificar relações entre as concepções de ensino, aprendizagem e tecnologias digitais (TD), presente nas propostas de pesquisa encaminhadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT e suas possíveis influências e implicações para a prática docente. No artigo **INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES**, as autoras LIMA, Erika Aparecida de Paula Silva e PINHEIRO, Bárbara Carine Soares, analisa o diálogo entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a prática dos docentes de Ciências do IFBA. Foi levantado o material bibliográfico desde o Liceu de Artes e Ofícios em 1872 até o atual Instituto Federal da Bahia, que nasceu com a perspectiva de mudança do perfil da Educação Profissional da Rede Federal com a Lei nº 11.892/08. No artigo **INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS**, as autoras Agatha Leticia Eugênio da Luz e Ana D’Arc Martins Azevedo

Buscam evidenciar o currículo na perspectiva antirracista em que contextualiza historicamente sobre mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e emancipação da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. No artigo **LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?** O autor Arlei de Espíndola, procura analisar o livro *o contrato social*, publicado por Rousseau em Paris em abril de 1762, ressalta que o trabalho que lhe notabiliza no campo do pensamento político, imprime uma forma abstrata, metafísica, que o filósofo põe-se a enfrentar o problema da relação entre liberdade e autoridade, essa uma questão bastante espinhosa que suscita polêmicas e controvérsias fazendo às vezes perder-se a orientação verdadeira de seu pensamento. No artigo **O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS**, as autoras, Riane Conceição Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Ana Maria Raiol da Costa, objetivam analisar os que os índices oficiais refletem sobre questão da escolarização e profissionalização de jovens que cumprem Medidas Socieducativas (MSE), conforme determinação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, (Lei nº 12.594/2012), como meio de reorientar o indivíduo submetido a ela, de modo a oportunizar a reparação dos danos e

promoção de processos formativos-educacionais ao jovem que infligiu a lei. No artigo **O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Suzy Kamylla de Oliveira Menezes tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. No artigo **O CONCEITO DE PRÁXIS EM ARISTÓTELES E MARX**: um estudo sobre a importância de aliar teoria e prática na formação dos trabalhadores da educação, da autora Andréia Carolina Severo Lima. Este artigo visa apresentar uma proposição teórica acerca da *práxis* como elemento vital na formação dos/as pedagogos/as que serão aqui chamados de trabalhadores da educação com ênfase na relação indissociável entre teoria e prática postulada pelo filósofo alemão Karl Marx. No artigo **O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA**, os autores Tayná Ceccon Martins, Rafael Bianchi Silva Buscam com este trabalho compreender a participação popular na democracia é entender o percurso histórico dessa forma de governo e como a liberdade e a ação política se relacionam no espaço público. No artigo **O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE**, os autores Ieda Márcia Donati Linck, Leandro Renner de Moura, Fernanda Falconi Bastolla, o trabalho busca analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz Alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. No artigo **O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** da autora Luana Camila Gomes dos Santos o trabalho busca conscientizar os pais de que sua participação na educação dos filhos principalmente na educação infantil é de suma importância para o bom desenvolvimento e aprendizagem. No artigo **O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE**, o autor Amílcar Célio França Pessoa, busca investigar o ensino de Química no 9º ano de Escolas Municipais de João Pessoa e suas implicações na aprendizagem sob a ótica discente. No artigo **O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA**, as autoras Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro, objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito

à expansão e ao método. No trabalho **O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Fabiana Aparecida Gomes apresenta uma investigação das dinâmicas em uma sala de aula de uma turma que atende crianças de três a quatro anos de idade em um CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Palmas/TO a fim de perceber se o conceito espaço como recurso pedagógico está presente no cotidiano da prática educativa. No artigo **O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN**, os autores Patricia Paes Leme, e Diogo da Silva Roiz objetiva, a partir da análise das mudanças propostas no currículo resultante da aprovação da Lei nº 10.639/03, refletir sobre as possibilidades de transformações políticas e pedagógicas daí decorrentes. Para tanto nos ancoraremos na tipologia da consciência histórica criada pelo historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen e em seus conceitos de formação de sentido e de aprendizado histórico.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Evanir dos Santos	
Renata Souza de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9401904021	
CAPÍTULO 2	9
SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9401904022	
CAPÍTULO 3	22
DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM	
Isadora Ramos Klein	
Tailan Borges	
DOI 10.22533/at.ed.9401904023	
CAPÍTULO 4	26
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE	
Yossonale Viana Alves	
Márcio Adriano de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.9401904024	
CAPÍTULO 5	41
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Aleff Schmid Da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.9401904025	
CAPÍTULO 6	56
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura	
Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9401904026	
CAPÍTULO 7	67
FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO	
Cândida Ivi Marcovich de Araújo	
Carla Cristie de França	
Denise Fetter Mold	
DOI 10.22533/at.ed.9401904027	

CAPÍTULO 8 72

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.9401904028

CAPÍTULO 9 80

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICAÇÕES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Juliana Lima da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9401904029

CAPÍTULO 10 87

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.94019040210

CAPÍTULO 11 98

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Ludmila Bernardo de Oliveira

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Francisco Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94019040211

CAPÍTULO 12 109

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

Simone Ribeiro

Dileno Dustan Lucas de Souza

Darieli Daltrozo Ilha

DOI 10.22533/at.ed.94019040212

CAPÍTULO 13 117

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UFC

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Maria Moreira Chagas Correa

DOI 10.22533/at.ed.94019040213

CAPÍTULO 14 127

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Marcília Rosa Periotto

DOI 10.22533/at.ed.94019040214

CAPÍTULO 15	138
INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	
Fabio Caires de Oliveira Maurivan Barros Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.94019040215	
CAPÍTULO 16	144
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.9401904026	
CAPÍTULO 17	155
INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS	
Agatha Leticia Eugênio da Luz Ana D’Arc Martins Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.94019040217	
CAPÍTULO 18	170
LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?	
Arlei de Espíndola	
DOI 10.22533/at.ed.94019040218	
CAPÍTULO 19	187
O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS	
Riane Conceição Ferreira Freitas Gilmar Pereira da Silva Crisolita Gonçalves dos Santos Costa Ana Maria Raiol da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.94019040219	
CAPÍTULO 20	199
O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.94019040220	
CAPÍTULO 21	206
O CONCEITO DE <i>PRÁXIS</i> EM ARISTÓTELES E MARX: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE ALIAR TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	
Andréia Carolina Severo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.94019040221	

CAPÍTULO 22	217
O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	
Tayná Ceccon Martins Rafael Bianchi Silva	
DOI 10.22533/at.ed.94019040222	
CAPÍTULO 23	228
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE	
Ieda Márcia Donati Linck Leandro Renner de Moura Fernanda Falconi Bastolla	
DOI 10.22533/at.ed.94019040223	
CAPÍTULO 24	241
O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	
Luana Camila Gomes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.94019040224	
CAPÍTULO 25	252
O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN'	
Patricia Paes Leme Diogo da Silva Roiz	
DOI 10.22533/at.ed.94019040225	
SOBRE A ORGANIZADORA	263

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Universidade Estadual de Maringá, Mestre em
Educação, Paraná

Marcília Rosa Periotto

Universidade Estadual de Maringá, Departamento
de Fundamentos da Educação, Paraná

RESUMO: É uma análise do caráter educativo presente no Jornal *Espelho das Brasileiras*, órgão de imprensa publicado no Recife no ano de 1831. O objetivo é identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. O periódico atuou no sentido de definir um modelo feminino conexo à forma burguesa, difundido valores morais e nacionalistas, orientadores do comportamento do homem moderno e civilizado. Em conjunto com a religião, o periódico colaborava para formar a mulher submissa, propriedade do marido e responsável no cumprimento de atividades maternas e do lar. À mulher cabia educar os filhos de acordo com os conteúdos necessários ao pleno estabelecimento da burguesia no Brasil e contribuir com o marido por meio de uma postura social reconhecida como nobre e superior. O método utilizado foi o materialista histórico, que permite compreender os homens como produtos historicamente determinados,

contando com autores que discutem as imagens e representações criadas para apoiar a forma burguesa de sociedade. Busca-se, assim, compreender o modelo de educação feminina no jornal *Espelho das Brasileiras*, presente nos últimos números (edições de 27 a 30), bem como as circunstâncias históricas presentes na sociedade brasileira e que definiram o papel da mulher por meio de um modelo traçado desde a segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Imprensa, Brasil-Século XIX, *Espelho das Brasileiras*.

ABSTRACT: Current paper analyzes the educational characteristics forwarded in the newspaper *Espelho das Brasileiras* published in Recife, Brazil, in 1831. It identifies the contributions for the formation and enhancement of women within Brazil's social and material development in mid-19th century. The newspaper defined the female model by connecting women to the bourgeoisie model, or rather, people who disseminated moral and nationalist values that guided modern and civilized humans. Coupled to religion, the newspaper corroborated towards an acquiescent woman, the male's property, and responsible for domestic and maternal tasks. Women had to educate their children for the full establishment of bourgeoisie society in Brazil, contributing with her husband through their noble and high social stance. The materialistic-

historical method employed revealed the male as a historically determined product, whilst the ideas of several authors featuring images and representations foregrounding society's bourgeoisie conditions were discussed. A model for feminine education, published in the last issues (27 - 30) of the *Espelho das Brasileiras*, is constructed, coupled to the historical circumstances which defined women's roles since the second half of the 19th century.

KEYWORDS: Education, newspapers, 19th century Brazil, *Espelho das Brasileiras*.

1 | INTRODUÇÃO

O jornal *Espelho das Brasileiras* teve o primeiro número publicado em Recife no ano de 1831. O objetivo do jornal era contribuir com a formação das mulheres no sentido de dar-lhes um modelo de conduta necessário à educação dos filhos e às suas posturas sociais.

Adolphe Émile de Bois-Garin, francês, lançou o periódico bissetimanal com um total de quatro páginas, vendido na Rua das Flores, no número dezoito. De fevereiro a abril a Tipografia Fidedigna, que o imprimia, dispôs de 30 edições. O jornal abordava assuntos sobre moda, literatura e instrução feminina. Nísia Floresta (1810-1885), importante figura feminina da época foi colaboradora e publicou uma série de artigos sobre a condição feminina.

A frase inicial na primeira página, presente em todas as edições analisadas, reflete o interesse do periódico em instruir moral e politicamente as suas leitoras, visando ministrar teores para melhor educar os filhos e participar da vida social: “A virtude, os talentos, E não a vaidade/ Te guiarão, Perilla/ A imortalidade”.

As mudanças trazidas pela sociedade burguesa permitiram à mulher ampliar o papel que desempenhavam na sociedade da época. No processo de construção de um modelo elitista de nação o aperfeiçoamento das “qualidades naturais” femininas interessava ao periódico e ia de encontro à ideia de progresso desenvolvida no continente europeu.

À medida que o pai deixava o lar para se dedicar ao trabalho, a educação dos filhos ficava aos cuidados da mãe. A partir daí, passou-se a construir e difundir o modelo burguês de mulher (SFORNI, 1996, p. 46-47). A mãe, encarregada da educação dos filhos recebeu responsabilidades as quais exigiam uma participação ativa no interior da família e conseguinte mais aberta ao convívio social. Nesse sentido o periódico atuou na formação da mulher burguesa, isto é, da mãe branca de elite, chamada a contribuir na modernização da sociedade.

O processo de modernização, acompanhado do desenvolvimento social e econômico no início do século XIX exigiu a educação informal das mulheres. A leitura e a escrita eram uma necessidade que, aos poucos, se introduzia na vida das mulheres. Consoante ao ideal de progresso defendido, o jornal *Espelho das Brasileiras* empenhou-se na campanha em prol da inserção feminina no magistério. Em razão de

seu discurso persuasivo, mas também suave, convenciona parte das mulheres a buscar maior instrução para desempenhar seu papel de mãe e esposa.

A presente análise, conduzida pelo método que compreende o movimento histórico em sua totalidade, buscou entender o papel da mulher na segunda metade do século XIX no Brasil. A análise direcionou-se aos discursos cujos conteúdos identificam o ideário basilar da concepção de mulher na segunda metade do século XIX. Num segundo momento, compõem-se os estudos sobre a educação feminina no século XIX iniciados no TCC-Pedagogia/UEM em 2014. Os jornais consultados, nas edições de 27 a 30, encontram-se na Fundação Biblioteca Nacional – acervo de obras raras – e formalizam a importância da imprensa do século XIX para a História da Educação por demonstrar o modelo de educação feminina em conformidade com as relações capitalistas que penetravam na sociedade brasileira da época. O presente capítulo deriva de um artigo apresentado no IX Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE-2017), realizado em João Pessoa/PB, na Universidade Federal da Paraíba.

2 | AS MULHERES COMO EDUCADORAS: O JORNAL ESPELHO DAS BRASILEIRAS

Na primeira edição o periódico mostrava-se crítico em relação ao comportamento dos brasileiros perante as nações desenvolvidas, acostumados a submeterem-se aos estrangeiros por neles enxergarem superioridade. Nas considerações de Adolphe Émile o povo deixou-se seduzir “por uma amizade aparente” devido à falta de moderação e prudência que os colocaram em apuros:

A moderação não deve supor o letargo; a prudência não é o mesmo que a apatia: a moderação consiste em evitar os excessos; a prudência quer que sejamos vigilantes e acautelados. É costume dos cobardes fingirem-se conformes à vontade dos mais fortes, quando percebem que com a violência não vencem; porém apenas acham ocasião favorável, tomam de repente a posição hostil: fazendo o que podem, e se são mal sortidos, tornam-se amigos daqueles que oprimiram. Fracos golpes repetidos derribam troncos vetustos. Hoje amizade fingida; amanhã hostilidade manifesta; é assim que se enfraquece uma nação poderosa. (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 27, 1831, p.1-2)

Adolphe Émile ressaltava que ao Brasil não convinha adotar a república, posição ditada por seu pendor monárquico e acreditar que esse sistema era responsável por produzir as riquezas necessárias ao país, revelando-se temeroso diante das possíveis investidas dos colonizadores estrangeiros, tratados pelos naturais como indivíduos de privilegiada atenção. O envolvimento das mães na educação dos filhos, ao dar a eles uma formação sólida e estimular o amor pátrio era visto como uma medida para se criar uma nação forte e desenvolvida. Somente “uma senhora bem educada e discreta” poderia acomodar o futuro cidadão brasileiro nas regras e conveniências sociais; virtude esta dificilmente reconhecida pelos homens em razão dos vícios que os cegavam: “Os homens são difíceis á conceber a virtude nas senhoras; porque os

corações daqueles são mais propensos aos vícios que os destas” (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 27, 1831, p. 4).

A mulher, apesar de ser considerada mais frágil física e intelectualmente possuía uma bondade natural que a tornava virtuosa, dócil e pura. Essas características, essenciais para a perpetuação do sistema patriarcal e arranjo das transformações capitalistas subordinavam homens e mulheres às rédeas do capital.

Na visão de Comte, a mulher sustentaria o progresso vivenciado pela sociedade sem conflitos devido a sua docilidade e pureza. Ela era vista como um ser superior moralmente, mas que estava num plano inferior em relação ao homem, devendo ser protegida e subordinada: “Figurada ou esculturada, nossa deusa terá sempre por símbolo uma mulher de trinta anos tendo seu filho nos braços. A preeminência religiosa do sexo efetivo caracterizará semelhante emblema, em que o sexo ativo deve ficar colocado sob a tutela daquele” (COMTE, 1978, p. 190). No Catecismo Positivista, Comte reforça essa ideia ao dizer: “O homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social” (COMTE, 1978, p. 131). A mulher, nesse sentido, estava condicionada a ser mãe devota e dona de casa exemplar; ao marido cabia lhe dar o apoio necessário para o cumprimento de seu destino.

A correspondência de uma leitora identificada por “A Pernambucana Livre”, em resposta ao apelo do jornal, concorda com a importância das mulheres na educação dos filhos formando-os cidadãos patriotas e sugeria às outras leitoras o uso simbólico de um laço de fita em seus vestidos com as cores nacionais (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 27, 1831, p.3) para se distinguirem dos absolutistas e apoiarem à causa nacionalista. A mulher que o usava demonstrava publicamente de que lado estava no tabuleiro político, marcando seu sentimento de valorização e identificação com a nação.

O uso de fitas era uma prática comum à época. No *Diário* n. 88 os patrícios do Rio de Janeiro eram convidados “a trazerem os laços nacionais”, seguindo esse exemplo o jornal *Espelho das Brasileiras* aconselhava as mulheres a compartilhar a mesma conduta em defesa do projeto de nação que se formava:

Para isso não é preciso fazer-se uma grande despesa nossos ornados admitem muitas fitas, por simples que sejam: motivo pelo qual sem ofender as leis da parcimônia, atrevo-me também a convidar nossas patrícias a trazerem nos seus vestidos, ou nos seus chapéus um laço de fitas, da forma que se acharem mais a seu gosto, contanto que nele se observem as cores nacionais (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 27, 1831, p. 3).

As mulheres, consideradas naturalmente moderadas e prudentes, comportavam os atributos necessários à educação dos filhos ensinando-lhes a postura adequada ao indivíduo da camada superior da sociedade, além dos costumes morigerados e hábitos civilizados, enfim, um homem superior. A edição de número 28 publicou “Quadrinhas dedicadas às Brasileiras” a pedido de uma professora de primeiras Letras da cidade de Olinda. Por meio de versos D. Maria Guilhermina Maciel da Costa enfatizava a

importância de uma educação feminina solidamente construída:

Patrícias minhas amadas
Prestai-me seria atenção,
Que eu vos traçar-vos um breve
Plano de vossa instrução
Do Publico o bem exige,
Da Pátria a utilidade,
E o ardente meu desejo
Da vossa felicidade.
Cultivai o vosso espírito,
Desenvolvi os talentos,
Gravando nos vossos peitos
Da moral os fundamentos.
Vós tendes disposições
Para serdesilustradas;
Pois sois espirituosas,
Ternas, dóceis, delicadas.
Com tão nobres predicados
Só por falta de instrução
Não quereis merecer
De todos a estimação?
[...] (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 28, 1831, p.3).

Esse “plano” de instrução, para a professora, tinha por objetivo auxiliar as mulheres no desempenho de seu papel de esposa e mãe. A mulher virtuosa era moralmente “doce, suave, e pura” (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 28, 1831, p. 4); sendo que a recompensa pela dedicação e zelo familiar resultaria na formação de bons e cívicos homens: “Assim por certo haverão/ Bons Pais, Filhos respeitosos,/ Esposos, ternos, fieis,/ Cidadãos livres, briozos” (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 28, 1831, p. 4). Para tanto, o jornal aconselhava as mulheres:

Amamentai vossos filhos,
Dirigi seus corações;
Sobre princípios morais,
Daí lhes saudáveis lições,
Inspira-lhes o amor
Da Pátria, Da Liberdade,
Do Próximo, Da Justiça,
E da cândida verdade (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, n. 28, 1831, p. 4).

Uma moça bem dirigida possuía a castidade e pureza preservadas para o marido. A imagem da mulher no século XIX esteve atrelada à imagem da Virgem Maria, ela

“se tornou o emblema da santidade e da pureza, qualidades que deveriam possuir as mulheres para o desempenho da sublime missão da maternidade, imagética veementemente defendida pelos católicos e por amplos setores sociais” (ALMEIDA, 2006, p. 68). A religião, nesse aspecto, ajudava no processo de formação do modelo feminino ideal. O propósito era controlar corpos e mentes, fazendo-os atuar nos moldes da civilidade burguesa:

A linguagem mística para qualificar o papel feminino era utilizada pela ideologia cultural, que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mãe-professora com atributos de **santa, anjo de bondade e pureza**, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos. A igreja católica associava a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora principalmente a prostituta, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e a decadência (ALMEIDA, 2006, p. 68 – destaques nosso).

Assim como outros agentes sociais, a religião esteve ligada ao estado de permanência da propriedade privada por permitir a legitimação de todos os caracteres do sistema capitalista:

Religião, família, Estado, lei, moral, ciência, arte etc., são apenas modos particulares de produção, e se enquadram na lei geral. A transcendência positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é, portanto, a transcendência positiva de toda a alienação, isto é, o retorno do homem da religião, família, Estado, etc., para o seu modo de existência humano, isto é, social (MÉZÁROS, 1981, p. 230).

Em outra correspondência, com a mesma identificação - “Brasileira Livre” -, uma leitora orientava como deveria ser a educação do sexo feminino:

Não duvidareis, Patricias caras, de que as primeiras letras são os trabalhos que devem dar-se a uma menina, logo que ela vá tendo uso da razão, e capacidade de aprender; não se entenda todavia que a tanto se limita a primeira educação; porque a prática das boas ações, e os princípios morais devem-lhes ser transmitidas desde o berço; e este ensino mais lhe aproveitara se em nós virem a prática, do que se as caçarmos com vã teoria só próprias para excitar a má vontade nas crianças, e a sua volubilidade natural, e por isso será bom que por mimos e bons modos as procureis vencer [...]. A ternura maternal pode vencer com os carinhos muito mais do que o precioso rigorismo das pancadas (*ESPELHO DAS BRASILEIRAS*, 1831, p.4).

As regras, costumes e prescrições a respeito de comportamentos e condutas morais seriam ensinados às moças desde a infância com o intuito de formar mães empenhadas e responsáveis na formação do homem moderno e civilizado. Era na infância que o coração da criança deveria ser moldado, segundo os bons costumes e os valores da moral católica.

A mulher, considerada naturalmente propensa ao casamento e à maternidade, precisaria se comportar de maneira adequada tanto no espaço doméstico quanto no meio social. Era vigiada e seu comportamento não podia ser transgressor e imoral, pois o prestígio masculino e da família dependia dos cuidados de uma mãe diligente, esforçada e submissa. Desse modo, ao se enquadrar nas normas morais prontamente impostas pela Igreja Católica as mulheres eram consideradas dignas de possuir

família, “as demais eram as transgressoras, que deveriam sofrer a rejeição social e serem marcadas pelo estigma do pecado” (ALMEIDA, 2011, p. 144).

Os bailes no século XIX, segundo Melo (2014, p. 14), indicavam uma sociedade mais livre, mas com liberdade restrita. Os olhares atentos sobre as mulheres representavam apreço sobre a condição de prestígio das famílias, pois se sabia que esposos bem sucedidos e filhos bem educados eram decorrentes de um amor maternal zeloso e prudente. Esses espaços representavam uma opção de lazer, mas também evidenciavam o prestígio familiar e a busca por predomínio social:

Nos bailes as mulheres destacavam-se pela beleza, pela projeção familiar e por seu talento em apresentações musicais, declamações e encenações dramáticas. Elas tinham papel fundamental na organização do espaço e ordenação dos espaços, tornando-os lugares alegres, convidativos e agradáveis. Uma boa esposa deveria saber recepcionar os convidados e ser parceira do esposo, ajudando-o a consolidar sua rede de contatos, amizades e projeção social. Era um espaço para ostentar virtudes, qualidades e elegâncias, apresentar-se em dia com a moda e evidenciar poder econômico; pois as imagens seduziam, convencem e também se constituem artefatos de discurso e poder (ROCHA, 2007, p. 20).

A educação tinha a função de aprimorar os atributos femininos compreendendo que eles foram criados por Deus e que nenhum outro ser poderia desempenhar o papel de mãe tão bem quanto ela própria. De maneira geral estava em jogo a manutenção dos interesses monárquicos e da aristocracia competindo à mulher enquadrar-se ao modelo feminino ideal enaltecido no *Espelho das Brasileiras*.

Para educar o futuro cidadão as mães não deveriam mais aceitar que seus filhos fossem amamentados pelas amas de leite ou entregues aos internatos - este comportamento começou a incomodar os homens da época (SFORNI, 1996, p. 44) e rendeu às mulheres uma série de admoestações, pois o momento era de garantir estabilidade na educação dos filhos, isto é, na formação da família ocidental, permitindo uma nação próspera e com características de civilidade.

Os discursos aceitos incluíam o amor, o diálogo, a afetividade e no relacionamento familiar deveriam ser estreitados os laços de união fraternal. Os predicados considerados naturais à mulher como mansidão, pureza, cortesia, compaixão, solidariedade deveriam ser assimiladas na relação mãe-filho. Nesse processo, verifica-se que os princípios religiosos atuaram na formação das virtudes femininas por meio da persuasão, ou seja, convencer para ensinar aos outros a vida a partir das determinações da ordem burguesa.

A formação do homem nacional e comprometido com o desenvolvimento do país dependia de sólida educação vinda de berço e continuamente praticada. O cumprimento do papel de boa mãe e esposa exigia uma série de requisitos como a sensatez, paciência, tolerância, altruísmo e serenidade, não sendo nunca movida pela violência, mas pelo amor. Assim, a mãe por meio de suas palavras e atitudes se apresentaria aos filhos como um exemplo de honestidade e retidão, criando neles a modelagem, pelo exemplo, de uma vida pautada por princípios morais necessários à

civilidade social e ao progresso econômico.

Essas mulheres, puras e dóceis, faziam-se respeitar pelo *seu comportamento impecável* e tinham uma missão patriótica: amar a constituição e ensinar esse amor aos filhos para que, no futuro, esses, assim como elas, rebatessem qualquer tentativa de despotismo, absolutismo e recolonização (*ESPEHO DAS BRASILEIRAS*, 1831, n. 27, p. 2). Somente os valores sociais e morais seriam os promotores da formação dos filhos, exigindo para tanto o conduzir das mulheres na admissão das regras femininas impostas levando-as, sem questionar, mas naturalmente, a adotar na vida pessoal um comportamento de sólida reputação:

O máximo que se podia desenvolver nas meninas era o gosto pelas prendas domésticas: trabalhos de costura, bordado, confecção de objetos (flores, enfeites), artes decorativas e culinária. A leitura, a escrita e o estudo da música, da dança e declamação completavam a educação das moças. Este conjunto de ensinamentos demonstrava o empenho em se dotar as jovens para o matrimônio (LEITE, 2005, p. 49).

O papel moralizador destinado à mulher e associado às qualidades domésticas, difundido pela imprensa, confirmava a aplicação de ideias para regenerar a sociedade formando vínculos entre a educação e o exercício de uma liberdade ordeira (INÁCIO, 2007, p. 5). A ameaça de uma possível tomada de poder por países estrangeiros e a saída cada vez mais acentuada dos pais para o trabalho colocava a mulher em um posto de proeminência na educação dos filhos. Era preciso evitar desordem social e econômica advinda da nova realidade, incentivando os homens a pensar em uma educação feminina conduzida pelo amor. A mãe abnegada, responsável e dedicada à vida dos filhos, do marido e cuidadosa com os afazeres de casa era uma condição obrigatória à condição de classe social proeminente:

Cozinhar, bordar, costurar, tarefas domésticas, que restringiam a mulher ao espaço privado sendo o único lugar, e sem contestar pois seu espaço estava determinado. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, afirmações do patriarcado que constituiu estereótipos ao longo do processo histórico, onde foram sendo produzidos como natural, definindo assim o papel social da mulher, como propriedade e produto do homem, devendo obediência ao 'seu senhor' (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

Quando as relações capitalistas tornaram-se hegemônicas no Brasil, a mulher passou a ser educada tendo em vista a civilidade burguesa, na qual a condição de mãe e de esposa era útil ao modelo de nação traçado pela elite da época. De certa forma, os propósitos educativos haviam sido dispostos por Augusto Comte (1978, p.190) – Amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim –, conteúdos que buscavam uma sociedade harmônica e hierarquizada e cuja dominação de classe seria vista como natural e conformada aos trabalhadores. Esses princípios não admitiam castigos físicos, o amor ao próximo deveria exceder esses comportamentos que passaram a ser vistos como inadequados a uma sociedade fraterna e solidária. Desse modo, a formação da família ocidental tinha no amor materno as bases para prosperar e firmar o estado burguês brasileiro.

Na seção “Comunicado” o periódico parabeniza as mulheres sobre o dia 7 de abril, ocasião em que D. Pedro I abnegou ao cargo devido ao forte movimento de oposição popular. Para o redator a partir daquele momento o Brasil tornava-se um país livre: “O tirano que oprimia nossa pátria reconhecendo sua nulidade para encadear corações brasileiros, nascidos para a liberdade cedeu à necessária força da opinião pública” (*ESPEHO DAS BRASILEIRAS*, n. 30, 1831, p.1). No entanto, o feito não foi adotado como um fim, mas o meio para que as patrícias aplicassem com mais veemência em seus lares uma educação e cuidado diligente, pois aquele era o momento de se aproveitar a liberdade conquistada:

[...] agora mais que nunca impor pregarmos aos nossos filhos, aos nossos caros esposos a moderação, e a tolerância, companheiras fieis da liberdade; pois que para sermos livres é força que respeitemos os direitos dos semelhantes. [...]. Nós sabemos que se o Brasil estivesse no caso de repelir de seu seio todos os maus portugueses, esse que por vezes tem alçado entre nós o punhal para roubar-nos a vida, mais depressa ficaria tranquilo; mas por isso pregaremos aos nossos filhos, e esposos o extermínio geral dos portugueses, seja qual for o mal que por ventura sofrer o comércio, e mesmo a Fazenda Nacional, a credora de muito desses Portugueses? Não de certo: a moderação, a tolerância, a prudência, essas virtude inseparáveis de uma nação livre aconselhar-nos-ão diferentes vereda (*ESPEHO DAS BRASILEIRAS*, n. 30, 1831, p. 1-2).

Por meio da educação o periódico propôs o desprezo aos exemplos de barbárie e despotismo. As brasileiras deveriam usar “a poderosa influencia” que tinham sobre os esposos para que eles continuassem na “estrada da honra e do patriotismo”, nesse aspecto, era necessário empregar a prudência, moderação e energia afetuosa das esposas para atingir tal fim (*ESPEHO DAS BRASILEIRAS*, n. 30, 1831, p. 3). A violência não poderia ser respondida com violência, assim o jornal propunha que só o amor impedia os comportamentos tiranos com maior eficácia e menos transtornos à ordem social e econômica. O amor, característica fundamental às mulheres no século XIX, enfatizava a maternidade. *A mulher cheia de amor* e de fé servia ao marido e aos filhos e se sujeitava à obediência sem questionamentos.

O desenvolvimento material do Brasil não poderia ser fruto de uma sociedade alheia ao sentimento de nação e capenga de virtudes morais e cívicas, mas de uma sociedade livre, possuidora da educação fraterna que levaria a ordem e ao progresso desejado pela elite brasileira. Logo, educar a mãe implicava educar o filho, o futuro cidadão patriota submisso e contido nas normas e leis sociais correspondentes às ambições do capital. Em vista dessas exigências uma educação mais diligente às mulheres passou a fazer sentido e fez do século XIX o campo fecundo de ideias e propostas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Espelho das Brasileiras* constituiu-se em um órgão de imprensa dedicado à educação da mulher oitocentista ao requisitar a ampliação dos espaços sociais a elas

destinados e ao defender uma educação moral compatível com a formação de boas mães e esposas. As transformações capitalistas no século XIX atribuíram-lhes um papel até então diferente no interior da família. Tomada como membro de importância na constituição da sociedade brasileira da época, a sua tarefa como mulher voltou-se à formação do homem moderno e civilizado.

À mãe bondosa e terna, primeira mestre do filho, deu-se a missão de transformar a criança no cidadão correto, cujo destino seria alcançar o progresso que a época cobrava aos homens. Nesse sentido, o periódico elaborou um pensamento de cunho moralizante, mas, sobretudo vinculado às exigências burguesas de constituição de uma sociedade ditada pelas regras de convivência social e cujos indivíduos estivessem comprometidos com seus propósitos.

Os castigos físicos em uma sociedade livre e fraterna não poderiam ser aceitos. A violência, tida como um fator impeditivo ao progresso, ainda operante no seio da escravidão, passou a ser contestada. Educar para as novas demandas da sociedade em transformação, no contexto do jornal *Espelho das Brasileiras* determinava a adoção do amor ao próximo e a caridade como prática cotidiana e inerente ao ser individual. Ao contrário, o que se formaria seriam indivíduos socialmente coléricos e sem nenhuma aptidão para o patamar de civilização que a época burguesa exigia dos homens.

Educar filhos para atuarem sobriamente nas instituições nacionais era corolário da docilidade e lealdade aos princípios cristãos e com a religião e a moral soerguidas na defesa de uma sociedade moderna materialmente e no qual os espíritos revoltos, advindos das desigualdades sociais e econômicas, naturalmente seriam contidos, de forma que abolissem as perturbações possíveis ao arranjo da sociedade burguesa que se formava.

A importância da contribuição da imprensa no processo de educação da mulher expõe-se no jornal *Espelho das Brasileiras* como parte do movimento mais geral direcionado à educação feminina no século XIX e reafirma a compreensão de que o processo educativo se realiza, também, para além dos espaços de educação institucionalizada. A difusão das práticas burguesas nos locais onde havia imperado o sistema colonial até meados do século XIX viria a exigir um novo tipo de educação, posturas diferenciadas das vividas até então e uma abertura maior da vida social. A sociedade, ao se desenvolver, na visão do jornal, não abriria mão de uma visão moral e religiosa da vida praticada pela mulher/mãe, cujos conteúdos impediriam os costumes nocivos na educação dos filhos e a favor do processo de modernização social.

O jornal *Espelho das Brasileiras*, na condição de fonte para a pesquisa em História da Educação contém elementos valiosos à reflexão sobre a educação feminina e a necessidade de educar nos princípios morais e religiosos, vistos como condicionantes fundamentais ao modelo de nação proposto e em consumação pela elite político-econômica no decorrer do século XIX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval. [et al]. **Olegado educacional do século XIX no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 59-107.

_____. Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (séculos XIX/XX). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 42, p. 143-156, jun2011.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo Positivista**. Traduções José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultura, 1978. (Os pensadores)

GOMES, Gisele Ambrósio. **Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2009.

Jornal **ESPELHO DAS BRASILEIRAS**, 1831

INÁCIO, M. S. Estado, Política e Educação em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, patrióticas, literárias e filantrópicas (1831-1840). **Anais...IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**, Juiz de Fora, 2007, p. 1-14.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

MELO, Victor Andrade. Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. In: **Educ. Pesqui.** São Paulo, Aheadofprint, fev. 2014.

MÉSZÁROS, I. O indivíduo e a sociedade. In: _____ **Marx: a teoria da alienação**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.229-259.

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. Educadoras e religiosas no Brasil do século XIX nos caminhos da civilização. In: **XII Simpósio Internacional Processo Civilizador**. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Oliveira3.pdf>. Acesso em: 09/03/2017.

REGO, Ana Regina; LEAL, Ranielle. História da comunicação e dos meios. **Anais...Comunicação, Cultura e Mídias Sociais – XVI Congresso Internacional de Comunicação Ibercom 2015**. Disponível em: <http://www.assibercom.org/download/Ibercom_2015_Anais_DTI-12.pdf>. Acesso em: 15/03/2017.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. **Lugares, saber e poder: apropriação sobre as práticas discursivas entre 1875-1950**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, PI. 2007.

SFORNI, M. S. de Faria. **A feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, PR, 1996.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-094-0

